



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria Geral da República

TERMO DE CONTRATO Nº 42/2017

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E A
EMPRESA RICARDO DE SOUZA LIMA
CAIAFA MANUTENÇÕES E SERVIÇOS –
ME PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE
MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE REDE
ESTRUTURADA NAS DEPENDÊNCIAS
DA PROCURADORIA GERAL DA
REPÚBLICA.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, CNPJ nº 26.989.715/0050-90, situado no SAF Sul – Quadra 04 – Conjunto C - Brasília/DF, representado neste ato pelo Secretário de Administração, Senhor – **LÚCIO MÁRIO MENDONÇA DE GÓIS**, brasileiro, casado, servidor público, CI nº 885.106--SSP/SE, CPF nº 609.842.445-49, nomeado por meio da Portaria nº 995, de 23 de outubro de 2015, no uso da competência pelo artigo 74, inciso XIV, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria nº 382, de 05 de maio de 2015, do Sr. Secretário-Geral do Ministério Público, ou, nas ausências e impedimentos deste, pelo Secretário de Administração Adjunto, Senhor **THIAGO LONGO MENEZES**, brasileiro, casado, servidor público, CI nº 1.660.558-SSP/DF, CPF nº 858.994.371-20, nomeado por meio da Portaria nº 582, de 30 de junho de 2016, ambos residentes e domiciliados nesta Capital, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **RICARDO DE SOUZA LIMA CAIAFA MANUTENÇÕES E SERVIÇOS - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.162.311/0001-73, estabelecida no SCIA Quadra 14, Conjunto 08, Lote 03, Guará – Brasília/DF - CEP 71.250-140, neste ato representada por seu Diretor Geral, Senhor **RICARDO DE SOUZA LIMA CAIAFA**, solteiro, engenheiro, CI nº 2.085.733 – SSP/DF, CPF nº 004.458.801-12, residente e domiciliado em Brasília/DF, e daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o contido no Processo MPF/PGR nº 1.00.000.001249/2017-33, referente ao Pregão Eletrônico nº 45/2017, considerando as disposições estabelecidas na Lei nº 8.666 de 21/06/1993, na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, no Decreto nº 3.555, de 08/08/2000 e demais normas pertinentes, têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente Contrato, na forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço global, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de suporte técnico, manutenção preventiva, corretiva, operacionalização, implantação e remanejamento de pontos de rede de dados e de ramais no Sistema de Cabeamento Estruturado, com fornecimento de mão de obra, sem fornecimento de peças, nas dependências da sede da Procuradoria Geral da

**VISTO
CONJUNTO**

República, em seus Anexos I, II e III e nas representações do MPF nas dependências da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral, todos em Brasília – DF; e, ainda, em outros que porventura venham a ser incorporados ao patrimônio do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços de que trata o presente Contrato se referem à prestação de serviços de suporte técnico, manutenção preventiva, corretiva, operacionalização, implantação e remanejamento de pontos de rede e ramais de rede estruturada e envolvem todas as ações e intervenções permanentes, periódicas, pontuais, eventuais e/ou emergenciais no sistema de cabeamento estruturado (dados e voz) da PGR, seus Anexos e Representações, e compreendem:

1. Instalação/desinstalação, manutenção, remanejamento e ativação/desativação de pontos de rede (dados e voz);
2. Instalação/desinstalação e conectorização de tomadas padrão RJ 9, RJ 11 e RJ 45;
3. Arrumação e limpeza das salas técnicas, sala do PABX, sala de técnicos e ambientes onde forem executados os serviços;
4. Manutenção e organização dos cabos de manobra (patch cables/patch cords) de par metálico ou ópticos instalados nos racks das salas técnicas;
5. Ampliação da rede de dados/voz com instalação/remanejamento de novos pontos com certificação de acordo com a Norma EIA/TIA 568B;
6. Instruções aos usuários sobre o correto uso dos aparelhos telefônicos e facilidades oferecidas pela Central PABX do CONTRATANTE em conformidade com o manual do fabricante;
7. Programação dos aparelhos telefônicos (analógicos, digitais e IP's) e de fac-símiles, em conformidade com os manuais elaborados pelos fabricantes;
8. Levantamento de toda infraestrutura de rede, identificação e correção de situações que possam causar futuros problemas;
9. Certificação de novos pontos, dos pontos já existentes quando do seu remanejamento, instalação ou sempre que solicitado pelo CONTRATANTE;
10. Substituição/lançamento de cabos metálicos e de fibra óptica;
11. Realização de testes de bancadas, limpeza e pequenas manutenções em aparelhos telefônicos e de fac-símiles;
12. Instalação/reinstalação física e conectorização de patch panel, voice panel, blocos de engate rápido tanto nos rack's como nos Distribuidores Geral, Secundários e do PABX;
13. Instalação/reinstalação física de organizador de cabos vertical/horizontal, tampa cega, switch, modems, injetores/modulo de energia PoE;
14. Identificação e correção dos defeitos apresentados na rede;
15. Identificação/jampeamento dos cabos/pares ligados aos Distribuidores Geral, Secundários e do PABX, bem como elaboração de documentação com identificação atualizada dos racks e patch panels com os respectivos pontos de rede de dados, ramais e linhas diretas;
16. Inspeção dos racks nas salas técnicas localizadas nos andares, com lançamento em planilha de acompanhamento;
17. Limpeza externa/interna dos rack's e equipamentos internos ao rack's utilizando de ferramenta apropriada;
18. Acompanhamento dos serviços prestados por técnicos das Operadoras de Telecomunicações ou Empresas que pela natureza dos seus contratos ou serviços utilizem para a prestação dos seus serviços a infraestrutura de rede da PGR, garantindo

TC nº 42/2017

VISTO
CONJUNTO

que os mesmos sejam executados em conformidade com as normas aplicáveis e as boas práticas de instalações;

19. Instalação de linhas/ramais em aparelhos de fac-símiles ou modens;
20. Instalação de linhas diretas e privadas (LP's);
21. Verificação, correção, limpeza, conservação e arrumação de canaletas, eletrodutos, eletrocalhas e leitos de cabos;
22. Fusão, conectorização e certificação dos cabos de fibra óptica quando de sua instalação ou sempre que solicitado pelo CONTRATANTE utilizando-se de procedimentos e aparelhagem adequados em conformidade com as normas aplicáveis;
23. Refazer e adequar a identificação de cabos, patch panel, patch cords, rack's caixas de emendas, caixas de passagens e equipamentos;
24. Verificação/correção da arrumação dos cabos metálicos/ópticos e dos cabos de manobras nos rack's;
25. Ampliação/instalação da infraestrutura de rede quando da execução de serviços para atendimento a instalação de novos pontos;
26. Remoção e colocação de carpete no piso elevado quando do remanejamento/instalação de pontos;
27. Montagem/desmontagem de rack's;
28. Montagem/desmontagem de switches e equipamentos de rede em racks;
29. Montagem/desmontagem de computadores;
30. Realizar a furação das placas de piso para adequação de pontos de rede.

Parágrafo Primeiro – As ordens de serviços deverão ser executadas, quando da abertura de chamado por meio do Sistema de Gestão de Chamados (GLPI), SNP (Serviço Nacional de Pedidos) ou outro sistema que estiver em produção no pelo CONTRATANTE, conforme as prioridades de atendimento classificadas na tabela abaixo as quais serão definidas no momento de sua abertura:

TEMPO MÍNIMO PARA ATENDIMENTO E FECHAMENTO DE O.S.		
NÍVEL	Tempo para início do atendimento da O.S.	Tempo para conclusão da O.S.
PRIORIDADE 1 – Muito Alta	05 min	2 horas
PRIORIDADE 2 – Alta	10 min	4 horas
PRIORIDADE 3 – Média	15 min	6 horas
PRIORIDADE 4 – Baixa	20 min	6 horas
PRIORIDADE 5 – Muito Baixa	30 min	6 horas

Parágrafo Segundo – As instalações/remanejamentos de pontos deverão ser executados, quando da abertura de chamado, pela CONTRATANTE, conforme os prazos definidos abaixo:

TEMPO MÁXIMO PARA INSTALAÇÃO E REMANEJAMENTO DE PONTOS	
1 ponto	2 horas
2 pontos	3 horas
3 pontos	4 horas
n pontos	n+1 horas com n < ou = 12 pontos

Parágrafo Terceiro – Do parágrafo anterior, nos casos acima de 12 pontos, o prazo será definido conforme o caso entre o preposto da CONTRATADA e o Gestor do Contrato ou servidor por ele designado para acompanhar os serviços de instalação/remanejamento.

Parágrafo Quarto – Os serviços de manutenção preventiva têm por finalidade a preservação da Infraestrutura do Sistema de Cabeamento Estruturado do CONTRATANTE, conservando-

TC nº 42/2017
VISTO
CONJUNTO

os dentro dos padrões e em perfeito estado de funcionamento, devendo ser executada em duas etapas:

1. **Inspecção** – verificação de todas as instalações e/ou equipamentos e abrangerá os serviços de identificação de situações que possam causar avarias ao sistema de cabeamento estruturado, tais como: tencionamento de cabos, umidade, ação de intempéries e roedores, além da detecção de ruídos provocados por interferências externas, segundo cronograma a ser estabelecido pela empresa e aprovado pelo Gestor do Contrato.
2. **Revisão das instalações e equipamentos** – reparos, arrumação, limpeza, ajustes, certificação ou reposição de componentes, bem como propor e implantar melhorias recomendadas pelos fabricantes.

Parágrafo Quinto – As manutenções preventivas serão realizadas com periodicidade mensal e obedecerá a uma rotina programada, seguindo as prescrições recomendadas pelos fabricantes.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA deverá incluir no seu plano de manutenção preventiva a certificação por amostragem 10% dos pontos existentes, com periodicidade trimestral.

Parágrafo Sétimo – A CONTRATADA deverá entregar até o quinto dia útil a contar da data de início da vigência do contrato um Plano de Manutenção Preventiva, informando quais e quando as atividades serão realizadas, sujeito à aprovação do Gestor do Contrato.

Parágrafo Oitavo – Os serviços de manutenção corretiva têm por objetivo o restabelecimento do sistema de cabeamento estruturado às condições ideais de funcionamento, eliminando defeitos técnicos e/ou os decorrentes do uso normal, mediante a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos e substituição de peças, componentes e/ou acessórios que se apresentarem danificados, gastos ou defeituosos.

Parágrafo Nono – A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente:

1. Aos manuais dos fabricantes;
2. As Normas Técnicas específicas, quando houver;
3. As Normas Técnicas abaixo descritas:
 - a) TIA/EIA 568-C.0 – Generic Telecommunications Cabling for Customer premises;
 - b) TIA/EIA 568-C.1 - Commercial Building Telecommunications Cabling Standard;
 - c) TIA/EIA 568-C.2 - Balanced Twisted-Pair TIA/EIA;
 - d) TIA/EIA 568-C.3 - Optical Fiber Cabling Components Standard;
 - e) TIA/EIA 569-C – Commercial Building. Standard for Telecom Pathways and Spaces;
 - f) ANSI/TIA 606-B Administration Standard for Commercial Telecommunications Infrastructure;
 - g) TIA/EIA 607-B - Commercial Building Grounding for Telecommunications;
 - h) ANSI-J-STD-607-A, Commercial Building Grounding (Earthing) and Bonding Requirements for Telecommunications;
 - i) ABNT NBR 14565 – Cabeamento de telecomunicações para edifícios comerciais;
4. As disposições legais da União e do Governo do Distrito Federal;
5. Os regulamentos das Empresas de Telecomunicações.

Parágrafo Décimo – Os serviços deverão ser executados nas dependências da Procuradoria Geral da República, situada na SAF Sul Quadra 04, Conjunto C – Ed. Procuradoria Geral da República e também nos anexos e representações, conforme endereços abaixo:

1. Edifício Anexo I - situado no Setor de Administração Federal Sul Quadra 02, Lote 09;
2. Edifício Anexo II- situado Setor de Garagens Oficial Norte, Quadra 01 Lote 175;
3. Edifício anexo III situado Setor Autarquias Sul, Quadra 03, Bloco J;
4. Dependências das representações do MPF junto: à Câmara dos Deputados - Anexo IV, 7º andar, sala 72 – Esplanada dos Ministérios; ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília/DF, e ainda em outros que venham a ser incorporados ao patrimônio do CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EQUIPE TÉCNICA

Para fins de execução dos serviços descritos, a CONTRATADA alocará recursos humanos nas dependências do CONTRATANTE, nas categorias profissionais e quantidades constantes abaixo:

PROFISSIONAIS	POSTOS DE TRABALHO
Supervisor	01
Técnicos em Eletrônica e/ou Telecomunicações	08

Parágrafo Primeiro – A carga horária a ser cumprida, de segunda a sexta-feira, pelos profissionais citados na Tabela do *caput* desta Cláusula, será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos compreendidos das 8h às 19 h, respeitando o intervalo para almoço previsto na CLT ou em Acordos Trabalhistas vigentes.

Parágrafo Segundo – Os turnos e horários descritos no parágrafo anterior poderão ser alterados de acordo com a conveniência administrativa do CONTRATANTE, desde que não exceda a carga horária de trabalho semanal previamente estabelecida, e que a CONTRATADA seja informada, no mínimo, com 48 horas de antecedência.

Parágrafo Terceiro – É vedado à CONTRATADA duplicar a carga horária de trabalho regulamentar dos seus empregados.

Parágrafo Quarto – O CONTRATANTE, poderá solicitar a prestação de serviços em dias e horários extraordinários, sempre que julgar necessário, devendo comunicar antecipadamente à CONTRATADA.

Parágrafo Quinto – A frequência dos empregados da CONTRATADA será controlada por meio de registro em folha de ponto a ser disponibilizada pela CONTRATADA e alocado nas dependências do CONTRATANTE. Deverão constar nos registros o ponto diariamente, na entrada, no intervalo para refeição e na saída.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de uniformes aos seus empregados, da seguinte forma:

1. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de uniformes aos seus empregados, condizentes com o serviço a executar, dentro dos padrões de eficiência e higiene recomendáveis, sendo os uniformes compostos de conjuntos completos para cada colaborador;

2. Os uniformes serão utilizados pelos postos de Supervisor e Técnicos em Eletrônica e/ou Telecomunicações (Masculino/feminino), conforme discriminado abaixo:

TIPO	QTDE.	PERIODICIDADE DE FORNECIMENTO	ESPECIFICAÇÕES	JUSTIFICATIVA
CAMISA	2	SEMESTRAL	Estilo social, manga curta, em tecido 100% algodão, na cor cinza claro (corte feminino no caso de colaboradora do sexo feminino).	Identificação padronizada dos prestadores de serviço de forma adequada ao ambiente de trabalho da PGR. Em quantidade definida de acordo com a durabilidade média das vestimentas, considerando os níveis de desgastes sofridos devido às demandas laborais dos prestadores de serviço.
CALÇA	2	SEMESTRAL	Calça social comprida, confeccionada em tecido Oxford na cor preta.	
PAR DE SAPATOS	2	SEMESTRAL	Tipo social, de couro, solado de borracha e na cor preta.	
PAR DE MEIAS	2	SEMESTRAL	Tecido 100% algodão, na cor preta.	
CINTO	2	SEMESTRAL	Modelo social, de couro, na cor preta.	
AGASALHO	1	ANUAL	Agasalho abotoado a frente modelo social em tecido Oxford, na cor preta. (corte feminino no caso de colaboradora do sexo feminino).	

3. A CONTRATADA deverá entregar 1 (um) conjunto completo de uniforme para cada profissional, no primeiro dia de vigência do contrato;
- Os uniformes deverão ser substituídos nos quantitativos e periodicidade descritos na tabela acima ou a qualquer tempo, sempre que não estejam atendendo às condições mínimas de apresentação exigidas;
 - Os uniformes deverão ser entregues a todos os empregados mediante recibo, individualizado por categoria profissional, que deverá conter: relação nominal dos empregados, especificação e quantitativo de cada peça recebida, data do recebimento e assinatura do profissional;
 - O recibo deverá ser apresentado, acompanhado de cópia, ao Gestor do Contrato para a fiscalização e controle, em até 48 horas após a entrega dos uniformes;
 - A CONTRATADA não poderá, em hipótese alguma, substituir a entrega dos uniformes aos seus empregados por pecúnia;
 - A CONTRATADA não poderá descontar do salário do empregado o custo do uniforme, salvo em caso de comprovado dano causado pelo empregado, e desde que tal possibilidade tenha sido acordada em contrato de trabalho.

CLÁUSULA QUARTA – DOS REQUISITOS PROFISSIONAIS

Para a prestação dos serviços, os profissionais alocados pela CONTRATADA deverão preencher os seguintes requisitos:

1. Supervisor:

- Formação Técnica em Eletrônica e/ou Telecomunicações;
- Registro no Conselho Regional de Engenharia – CREA;
- Treinamento e Certificação Furukawa Certificação Profissional – FCP Master;
- Certificação ITIL Foundation;
- Conhecimento de Sistema Operacional Windows 7, 10 com Pacote Office MS e/ou Libre Office;

- f) Curso de AutoCad;
 - g) Noções Básicas em Tecnologia Wireless;
 - h) Conhecimento em Tecnologia VOIP;
 - i) Conhecimento de aplicações de testes em redes físicas para certificação e emissão de laudo de certificação;
 - j) Experiência mínima de 03 anos comprovada na carteira de trabalho;
- 2. Técnico em Eletrônica e/ou Telecomunicações:**
- a) Formação Técnica em Eletrônica e/ou Telecomunicações;
 - b) Registro no Conselho Regional de Engenharia – CREA;
 - c) Treinamento e certificação DCS - Certificação Furukawa Data Cabling System ou Furukawa Certificação Profissional – FCP;
 - d) Sistema Operacional Windows 7, 8.1 com Pacote Office MS e/ou Libre Office;
 - e) Experiência Mínima de 02 anos comprovada na carteira de trabalho;
 - f) Noções Básicas em Tecnologia Wireless;
 - g) Conhecimento em Tecnologia VOIP;
 - h) Conhecimento de aplicações de testes em redes físicas para certificação e emissão de laudo de certificação.

Parágrafo Único – Das atribuições dos profissionais contratados:

1. Supervisor:

- a) Supervisionar e coordenar o trabalho da equipe;
- b) Avaliar as atividades desempenhadas pela equipe;
- c) Controlar a assiduidade e pontualidade de seus subordinados;
- d) Observar se seus subordinados estão devidamente uniformizados e portando crachá de identificação da Instituição, no momento da assinatura de folha de ponto, bem assim no transcorrer do turno de trabalho;
- e) Observar a disciplina e apresentação dos empregados, atentando para detalhes referentes à higiene pessoal e dos uniformes;
- f) Acompanhar e gerenciar os atendimentos técnicos a fim de dar suporte aos técnicos com as necessidades surgidas;
- g) Acompanhar e gerenciar os atendimentos técnicos a fim de dar *feedbacks* ao fiscal do contrato ou servidor(es) designado(s) sobre os atendimentos realizados;
- h) Informar ao fiscal do contrato ou servidor(es) designado(s) sobre a ausência de algum empregado;
- i) Solicitar à Empresa a reposição de empregados faltosos;
- j) Atualizar registros no Livro de Ocorrência, dando ciência à Empresa;
- k) Atualizar os projetos em AUTOCAD, bem como controlar as cópias geradas e suas atualizações;
- l) Apresentar quando da instalação/remanejamento acima de 12 pontos croqui detalhando toda ação a ser executada;
- m) Gerenciar os serviços conforme procedimentos internos do CONTRATANTE, garantindo o atendimento e o cumprimento do Acordo de Nível de Serviços – ANS;
- n) Gerenciar as solicitações de atendimento por meio da utilização do Sistema de Gestão de Chamados (GLPI), SNP (Serviço Nacional de Pedidos) ou outro sistema que estiver sendo utilizado no MPF, nos quais os chamados serão encaminhados aos técnicos designados;

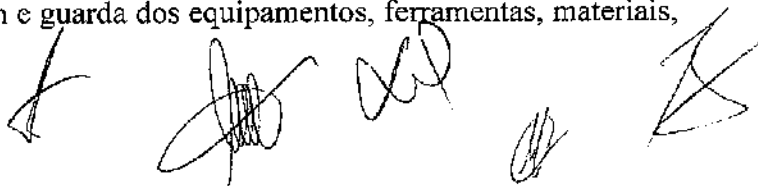
- I. Todas as ações executadas durante o atendimento deverão ser registradas no sistema, assim como se o atendimento do chamado foi concluído ou não;
 - II. As solicitações deverão ser acompanhadas desde a sua abertura até o seu encerramento, devendo ser registrados no sistema todos os comentários necessários para a realização do atendimento;
- o) Emitir os relatórios de certificação dos pontos de redes criados e/ou remanejados, quando solicitados a sua certificação;
 - p) Emitir relatório mensal com informações detalhadas das atividades desempenhadas e materiais utilizados.
2. **Técnico em Eletrônica e/ou Telecomunicações:**
- a) Verificar a infraestrutura;
 - b) Montagem de *rack's*;
 - c) Instalar cabeamento;
 - d) Efetuar interligações dos equipamentos e testar conexões;
 - e) Instruir o usuário final na utilização de aparelhos de telecomunicações;
 - f) Verificar o funcionamento dos equipamentos de telecomunicações;
 - g) Executar rotinas de testes;
 - h) Identificar e corrigir falhas no sistema de cabeamento;
 - i) Trocar componentes;
 - j) Receber solicitações de serviço e proceder ao respectivo atendimento
 - k) Verificar prioridades no atendimento de solicitações de serviço a ser definida pela DITEL/CAR;
 - l) Instalar e remanejar linhas diretas, linhas privadas de voz e de dados;
 - m) Instalar e remanejar ramais analógicos, digitais e IP;
 - n) Efetuar programação dos aparelhos de ramais;
 - o) Testar aparelhos telefônicos instalados;
 - p) Realizar passagem e conectorização de cabos de rede em *patch-panels* e *voice-panels*;
 - q) Realizar passagem e conectorização de cabos de telefonia padrão;
 - r) Atualizar as planilhas de controle da rede telefônica, com respectivos usuários;
 - s) Ativar e desativar ramais quando solicitado;
 - t) Manter atualizada planilha de ramais contendo número, localização, usuário e patrimônio do equipamento;
 - u) Realizar a furação das placas de piso para adequação de pontos de rede;
 - v) Executar outros serviços inerentes à função, de acordo com solicitação da Divisão de Telecomunicações da PGR.

CLÁUSULA QUINTA – DOS MATERIAIS E DOS EQUIPAMENTOS

A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais e equipamentos, conforme descritos no ANEXO A deste Contrato, os quais deverão ser novos, de primeiro uso, sujeitos à prévia aprovação do CONTRATANTE, observando as especificações, qualidade e o estoque mínimo mensal a ser mantido em local cedido pelo CONTRATANTE e que deverão estar disponíveis na data prevista para o início do Contrato.

Parágrafo Primeiro – Ficará a cargo da CONTRATADA toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos equipamentos, ferramentas, materiais,

TC nº 42/2017
VISTO
CONJURE



componentes, produtos, aparelhos de medições e testes indispensáveis à execução dos serviços solicitados, sejam eles definitivos ou temporários.

Parágrafo Segundo – Os equipamentos deverão ser compatíveis com as instalações elétricas disponíveis nas dependências do CONTRATANTE e mantidos em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações físicas e/ou elétricas do CONTRATANTE. Deverão, ainda, ser de reduzido consumo de energia e possuir fiação elétrica segura e em tamanho suficiente para seu uso adequado.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no início da execução dos serviços, relação de seus bens, atualizando-a sempre que ocorrer alteração e os identificando de forma a não serem confundidos com os de propriedade do CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – A retirada de qualquer equipamento disponibilizado para execução do serviço deverá ser comunicada, por escrito, ao Gestor do Contrato, promovendo a devolução no prazo estipulado pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Fazem parte da especificação dos materiais e equipamentos, no que forem aplicáveis, as normas dos fabricantes, bem como as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Os serviços objeto da presente contratação serão recebidos da seguinte forma:

1. Provisoriamente, por ocasião do recebimento da nota fiscal/fatura do mês de referência, para efeito de posterior verificação da execução dos serviços conforme as especificações;
2. Definitivamente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento provisório, para verificação da adequação do objeto aos termos contratuais e consequente aceitação.

Parágrafo Primeiro – Em caso de irregularidade na prestação dos serviços, serão procedidos os descontos/glosas de acordo com a tabela do Acordo de Nível de Serviços - ANS e ficam suspensos os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

Parágrafo Segundo – Critérios de Aceitação de Bens/Serviços:

1. Análise e verificação dos relatórios técnicos mensais emitidos pela CONTRATADA, referente às suas atividades desempenhadas conforme especificações;
2. Verificação dos serviços executados por meio de acompanhamento das ocorrências nos Sistemas de Gestão de Chamados mencionados no item n, do item 1, do parágrafo único, da Cláusula Quarta;
3. Realização de vistorias, pela CONTRATANTE, nos locais onde os serviços foram realizados para validação dos serviços executados.

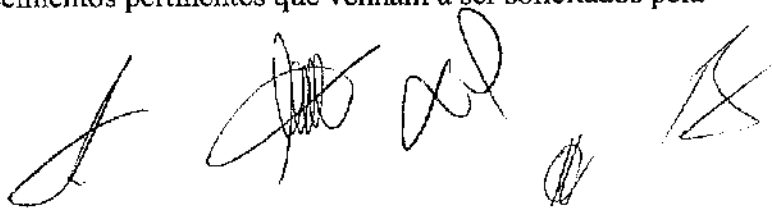
CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE se obriga a:

1. Prestar as informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

TC nº 42/2017

VISTO
CONJUNTO



2. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela formalmente indicada;
3. Assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA aos locais em que devam executar suas atividades, disponibilizando meios de identificação (crachá), e mantendo, por meio do setor de segurança do CONTRATANTE, ficha cadastral atualizada;
4. Disponibilizar instalações sanitárias e vestiários para instalação de armários guarda-roupa, que deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, sem ônus adicionais para o CONTRATANTE, para uso de todos os empregados. Fica vedado, terminantemente, o uso dos locais destinados para atender os empregados da CONTRATADA como alojamento, moradia de pessoal ou para fins diversos do permitido, mesmo que transitório;
5. Disponibilizar local apropriado para que os empregados da CONTRATADA possam efetuar suas refeições, devidamente equipado com mesas e cadeiras;
6. Instruir a CONTRATADA acerca das normas de segurança e prevenção de incêndio adotadas pelo CONTRATANTE;
7. Conferir os materiais e equipamentos discriminados no Contrato e registrar as divergências quanto a quantidade e qualidade previstas;
8. Estabelecer local apropriado para a guarda dos materiais, máquinas e equipamentos;
9. Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades contratuais e legais.

Parágrafo Primeiro – O CONTRATANTE, por meio da Secretaria de Administração, reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, fiscalização sobre os serviços contratados, e ainda, aplicar as penalidades previstas neste instrumento ou rescindi-lo, caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das cláusulas estabelecidas.

Parágrafo Segundo – Será(ão) nomeado(s) Gestor(es) do Contrato, que ficará(ão) responsável(eis) pela fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado, devendo fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados para o fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas, e, ainda, atestar a nota fiscal quando do recebimento definitivo, o que não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro – O(s) Gestor(es) do Contrato terá(ão) poderes para:

- a) Definir toda e qualquer ação de orientação, gerenciamento, controle e acompanhamento da execução do Contrato, fixando normas nos casos não especificados e determinando as providências cabíveis;
- b) Suspender a execução dos serviços, total ou parcialmente, em qualquer tempo, quando estes não estiverem sendo executados dentro dos parâmetros estabelecidos neste Contrato, submetendo o caso ao Secretário de Administração para providências.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a cumprir fielmente o estipulado no presente Instrumento, em especial:

1. Quanto aos serviços

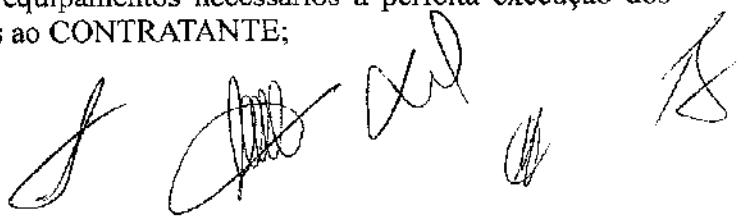
TC 0142/2017
VISIT
CONJUNTO

- 1.1. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender;
- 1.2. Planejar a execução e a supervisão dos serviços;
- 1.3. Orientar regularmente seus empregados acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de materiais e à racionalização de energia elétrica no uso dos equipamentos;
- 1.4. Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, a execução de serviços em que forem constatadas imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções, no prazo estipulado pelo Gestor do Contrato;
- 1.5. Solicitar por escrito e devidamente fundamentado quaisquer modificações na execução dos serviços para análise e decisão do CONTRATANTE;
- 1.6. Dar ciência imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE;
- 1.7. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa de seus empregados, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça no prazo estipulado, o CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento na fatura do mês e/ou da garantia, sem prejuízo de poder denunciar o Contrato, de pleno direito;
- 1.8. Comunicar imediatamente ao Gestor do Contrato toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços;
- 1.9. Prestar, quando necessário e solicitado pelo CONTRATANTE mediante comunicação prévia e por escrito, serviços extraordinários;
- 1.10. Para a prestação de serviços extraordinários, o CONTRATANTE comunicará antecipadamente ao preposto qual deverá ser a equipe técnica necessária para a execução dos serviços;
- 1.11. Fornecer mensalmente, ao fiscal do contrato, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, sob pena de não atesto da fatura, relatório técnico mensal de todos os serviços executados, contendo:
 - a) Discriminação dos serviços executados no mês, incluindo a data, o horário e o local dos mesmos;
 - b) Nome e função dos profissionais alocados para execução dos serviços no mês de referência do relatório;
 - c) Relação de serviços em andamento ou a executar;
 - d) Informações sobre a situação dos sistemas ou instalações, indicando as deficiências e sugerindo correções;
 - e) Informações sobre acidentes de trabalho porventura ocorridos;
 - f) Resumo dos serviços preventivos e corretivos executados com indicação de pendências, razões de sua existência e os que dependam de solução por parte do CONTRATANTE;
 - g) Informações sobre peças, componentes e materiais substituídos por defeito/desgaste ou utilizadas em ampliações/modificações;
- 1.12. Verificar e testar toda a infraestrutura necessária para instalação dos novos pontos de rede/ramais, atendendo às normas pertinentes;
- 1.13. Realizar a passagem e fusão de fibra óptica, quando solicitada, em caixa de emendas ópticas (DIO), ou em outros dispositivos componentes do cabeamento estruturado, de acordo com as normas vigentes;
- 1.14. Certificar os pontos metálicos e de fibra ópticas, novos ou remanejados, de acordo com as categorias 5E, 6 e 6A, com módulos para testes e certificação de fibra óptica, e com as normas vigentes;

- a) O equipamento utilizado deverá possuir certificado de calibração dentro da validade, emitido por laboratório credenciado junto ao INMETRO, devidamente comprovado junto ao fiscal do contrato;
 - b) Não é necessária a disponibilização de tal equipamento permanentemente nas dependências do CONTRATANTE, porém quando solicitado deverá ser apresentado no prazo de até 1 (um) dia, ficando nas dependências do CONTRATANTE enquanto for necessário;
- 1.15. Executar os serviços no Sistema de Cabeamento Estruturado obedecendo as melhores técnicas de forma a preencher satisfatoriamente as condições de utilização e durabilidade;
- 1.16. Disponibilizar sistema de comunicação, através de aparelho celular, totalizando 09 (nove) equipamentos, sendo 01 (um) para uso do Supervisor e 08 (oito) para uso dos Técnicos;
- 1.17. Credenciar, junto ao CONTRATANTE, profissionais do quadro administrativo da CONTRATADA, para que, em dias definidos e em horário que não comprometa execução dos serviços, proceder a distribuição de contracheque, vale-transporte, vale alimentação e outras responsabilidades da CONTRATADA;
- 1.18. Atender a quaisquer serviços emergenciais, que se façam necessários, a critério do CONTRATANTE, que ocorram fora do horário normal de atendimento, inclusive aos sábados, domingos e feriados;
- a) Sendo necessário o atendimento em caráter emergencial, o Preposto da CONTRATADA será informado por telefone pelo Gestor do Contrato, caso a emergência ocorra fora do horário normal de expediente. Posteriormente o ato será formalizado;
- 1.19. Atender, no que lhe couber, as disposições previstas na Lei nº 12.305/2010, de 02 de agosto de 2010, (Política Nacional dos Resíduos Sólidos), e no Decreto nº 7.404/2010, de 23 de dezembro de 2010, que a regulamenta; sob pena de, independentemente da existência de culpa, ser obrigada a reparar eventuais danos causados, sem prejuízo das sanções cíveis e penais previstas em lei, em especial daquelas fixadas na Lei 9.605/1998, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências;
- 1.20. Tomar todas as providências necessárias à desmobilização técnica e operacional dos serviços contratados, bem como por todas as obrigações legais, fiscais, previdenciárias e/ou trabalhistas Quando do término da vigência contratual, seja por motivo de fim do prazo acordado, em que não ocorrerá prorrogação do prazo do contrato, ou por rescisão unilateral (nos termos dos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/1993) ou amigável (nos termos do artigo 79, II da Lei nº 8.666/1993) por parte da Administração, em até 30 (trinta) dias que antecedem à data final acordada. No caso de rescisão unilateral ou amigável, a CONTRATADA será notificada sobre a data final do contrato;

2. Quanto aos equipamentos e materiais

- 2.1. Fornecer todos os materiais e equipamentos conforme discriminados neste Contrato, observando-se a qualidade e quantidades previstas, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos mesmos, bem como pela manutenção;
- 2.2. A CONTRATADA deverá deixar os equipamentos e ferramentas, listados no ANEXO A deste Contrato, nas dependências da PGR, em condições de uso e à disposição da equipe técnica residente;
- 2.3. Fornecer outros materiais e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços, sem ônus adicionais ao CONTRATANTE;



- 2.4. Fornecer todo Equipamento de Proteção Individual (EPI) necessário aos seus funcionários e diligenciar para seu uso durante a execução dos trabalhos. O Gestor Fiscal do contrato poderá paralisar os trabalhos quando detectar o não uso do EPI, ficando o ônus da paralisação para a CONTRATADA;
- 2.5. Não retirar das dependências do CONTRATANTE qualquer equipamento, salvo por motivo de manutenção ou de substituição por similar ou de melhor tecnologia, mediante prévia autorização do CONTRATANTE;
- 2.6. Dotar os equipamentos elétricos de sistema de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica, sob pena de responsabilidade;
- 2.7. O CONTRATANTE poderá solicitar a troca de ferramentas que não estejam em conformidade. Para isso a CONTRATADA deverá substituí-la no prazo de até 5 (cinco) dias úteis;

3. Quanto aos empregados

- 3.1. Recrutar, selecionar e encaminhar ao CONTRATANTE os empregados necessários à realização dos serviços, os quais deverão portar atestados de boa conduta e referências, de acordo com a qualificação mínima exigida, bem como funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- 3.2. Indicar formalmente seu preposto ao CONTRATANTE, o qual deverá manter contato constante com o Gestor do Contrato;
- 3.3. Comprovar, sempre que solicitado, a realização do plano de treinamento, por meio de certificados ou listas de presenças aos cursos. Os comprovantes de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei deverão ser apresentados no prazo de 30 dias após a ocorrência;
- 3.4. Fornecer à CONTRATANTE relação nominal dos empregados selecionados, a qual deverá indicar a função, endereço residencial, horário de trabalho e alocação nas dependências do CONTRATANTE;
- 3.5. Encaminhar ao CONTRATANTE, com antecedência de 30 (trinta) dias, relação de empregados que fruirão férias no período subsequente, assim como, daqueles que irão substituí-los;
- 3.6. Manter no local da prestação dos serviços cópias dos registros de trabalho dos empregados lotados nas dependências do CONTRATANTE;
- 3.7. Manter, nos dias de expediente do CONTRATANTE, a totalidade do efetivo de pessoal para execução dos serviços, conforme previsto no Contrato, sem interrupção e independente de qualquer motivo, como férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão;
- 3.8. Substituir imediatamente, de modo a não interromper o andamento dos serviços, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes e/ou insatisfatórios pelo CONTRATANTE;
 - a) Fica vedado o retorno do profissional substituído às dependências do CONTRATANTE para cobertura de licenças, dispensas, suspensão ou férias de outros profissionais;
- 3.9. Apresentar, em caso de faltas, substituto, no prazo máximo de 02 (duas) horas após a comunicação, devidamente uniformizado e portando crachá de identificação;
- 3.10. Zelar para que seus empregados se mantenham devidamente identificados por meio de crachás e uniformizados de forma condizente e dentro dos padrões de higiene pessoal, sempre que estiverem circulando nas dependências do CONTRATANTE;
- 3.11. Devolver os crachás de identificação ao CONTRATANTE quando houver desligamento de empregado de seu quadro de pessoal;
- 3.12. Assumir toda a responsabilidade e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados, inclusive em casos de emergência;

- 3.13. Não lançar mão, em hipótese alguma e sob quaisquer de suas formas, de critérios preconceituosos ou discriminatórios, por ocasião da admissão ou do desligamento dos seus empregados, observando, em todos os casos, os preceitos de responsabilidade social;
- 3.14. Não explorar trabalho infante-juvenil, em atenção ao que dispõe o art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988, o Capítulo IV, Título III, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto nº 5.452/1943, de 1º de maio de 1943, os Arts. 60 a 69 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, de 19 de julho de 1990, e o Decreto nº 6.841/2008, de 12 de junho de 2008, que regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho – OIT;
- 3.15. Não praticar, de qualquer forma, ações relacionadas com o trabalho análogo ao de escravo ou ao tráfico de pessoas para esse fim, conforme Arts. 149, 203 e 207 do Código Penal;
- 3.16. Observar, no que couber, as disposições da Portaria nº 3.214/78, que aprova as Normas Regulamentadoras do MTE (NR's 1 a 35);
4. Quanto à capacitação dos empregados
- 4.1. Os Técnicos em eletrônica e/ou telecomunicações e o Supervisor deverão ter registro no CREA, com conhecimento técnico/operacional conforme informações constantes da Cláusula Quarta deste Contrato, comprovados por meio de apresentação dos respectivos certificados emitidos pelos respectivos fabricantes/fornecedores;
- a) Os técnicos em eletrônica e/ou telecomunicações deverão possuir experiência mínima comprovada de 2 (dois) anos, com relevância nos conhecimentos especificados;
- b) Caso os técnicos não possuam todos os certificados exigidos conforme informações constantes da Cláusula Quarta deste Contrato, deverá apresentar na assinatura do contrato cronograma de treinamento nos cursos faltantes, que não poderá exceder a 90 (noventa) dias;
- c) Segurança no Trabalho (com ênfase na prevenção de acidentes, nos termos da legislação vigente).
- d) O uso dos Equipamentos de Proteção Individual e Coletivo, quando se aplicar.
- e) Educação e responsabilidade socioambiental (meio ambiente físico, biótico e social: solo, água, ar, energia, o papel individual e coletivo no uso e consumo adequado de bens e serviços ambientais e suas consequências; resíduos; saneamento ambiental; coleta seletiva; benefícios da boa conduta nas questões ambientais para cada pessoa, para a sociedade, para o planeta no agora e para as futuras gerações).
- 4.2. A CONTRATADA deverá apresentar ao Gestor do Contrato, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de sua assinatura, o Curriculum Vitae dos seus profissionais com as comprovações de qualificação mencionadas na Cláusula Quarta deste Contrato.
- 4.3. Manter durante a execução do Contrato equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para a prestação dos serviços técnicos especializados.
5. Quanto às obrigações trabalhistas
- 5.1. Efetuar os pagamentos dos salários dos empregados mediante depósito bancário, incondicionalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido ou no prazo previsto em convenção coletiva de trabalho. Os salários a serem pagos são os estabelecidos no Contrato;

- 5.2. Os pagamentos dos salários e dos benefícios previstos em lei aos empregados não poderão estar vinculados ao recebimento do pagamento dos serviços prestados;
- 5.3. Recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação de seus empregados;
- 5.4. Fornecer a cada empregado, até o último dia útil do mês que antecede a utilização, e em única entrega, auxílio alimentação/refeição, em quantidade e valores suficientes para uso de cada empregado, durante todo o mês;
- 5.5. Fornecer a cada empregado, até o último dia útil do mês que antecede a utilização, e em única entrega, auxílio transporte em quantidade e valores suficientes para o trajeto residência/trabalho e trabalho/residência, durante todo o mês, e/ou disponibilizar transporte próprio, obedecendo-se aos horários de prestação de serviço de cada profissional, inclusive nos casos de serviços extraordinários;
- 5.6. Responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados até as dependências do CONTRATANTE, por meios próprios, em casos de paralisação total ou parcial dos transportes coletivos que prejudique seu deslocamento;
- 5.7. Efetuar o pagamento de adicional de insalubridade e/ou periculosidade e demais verbas legais ou convencionais, quando legalmente devido;
- 5.8. Fornecer auxílios alimentação e transporte aos empregados escalados para serviços extraordinários nos sábados, domingos ou feriados;
- 5.9. Responsabilizar-se por todas as despesas com encargos e obrigações sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual, sendo que os empregados da CONTRATADA não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE;
- 5.10. Cumprir as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, em especial as normas regulamentadoras atualizadas do Ministério do Trabalho, com apresentação de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional específicos para o meio ambiente do trabalho nas dependências do CONTRATANTE;
- 5.11. Cumprir a legislação e as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, conforme previsto na PORTARIA MTB Nº 3.214, DE 08 DE JUNHO DE 1978, diligenciando, em especial, para que seus empregados trabalhem com Equipamento de Proteção Individual (EPI) e Equipamento de Proteção Coletivo (EPC), na forma regulada pela NR-06, do Ministério do Trabalho, caso necessário, ficando a cargo da CONTRATADA e às suas expensas o fornecimento desses equipamentos. A fiscalização do CONTRATANTE, por intermédio do Fiscal Técnico do Contrato, poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos, ficando o ônus da paralisação por conta da CONTRATADA.
- 5.12. Todos os profissionais contratados deverão assinar Termo de Compromisso de Manutenção do Sigilo - TCMS, conforme modelo a ser disponibilizado pela CONTRATANTE, comprometendo-se formalmente a manter o sigilo profissional, não revelando a natureza do serviço a quem quer que seja, sob nenhuma circunstância mesmo depois de desligado, e ser breve e discreto a respeito dos assuntos do trabalho.

6. Quanto à documentação comprobatória

- 6.1. A CONTRATADA deverá entregar ao CONTRATANTE, quando solicitado, comprovantes do cumprimento das obrigações trabalhistas, fundo de garantia e previdenciárias, em especial os documentos solicitados na Cláusula do Faturamento, bem como os abaixo relacionados:
 - a) Demonstrativos de concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da lei, no prazo de 30 dias após a ocorrência;
 - b) Cópia dos documentos que embasam o PPRA e o PCMSO, previstos nas Normas Regulamentares do Ministério do Trabalho e Emprego, específicos

- para os riscos ambientais do trabalho do CONTRATANTE, no prazo de 60 dias após a assinatura do Contrato;
- c) Comprovações de realização de exames admissionais, demissionais e periódicos, quando for o caso, no prazo de 30 dias após a ocorrência;
 - d) Comprovações do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED, no prazo de 30 dias após a ocorrência;
 - e) Cópia do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, devidamente homologado, quando houver demissão de empregado alocado nas dependências do CONTRATANTE, no prazo de 30 dias após a ocorrência;
 - f) Demonstrativos de cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho e, ainda, das demais obrigações dispostas na CLT, quando solicitado;
 - g) Relatório dos empregados contendo cargo e posto, horário de trabalho, avaliação individual, registro de licenças, faltas, respectivas coberturas, se houver, bem como escala nominal de férias dos empregados e seus respectivos substitutos, e, ainda, relatório técnico mensal das atividades realizadas, até o segundo dia útil de cada mês, ao CONTRATANTE;
 - h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440/2011; Certidão do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça; Consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria-Geral da União; Consulta na Relação de Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

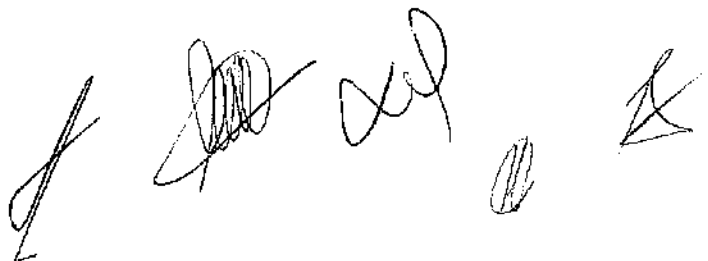
7. Quanto às vedações

- 7.1. Não ter como sócios, gerentes, diretores ou administradores cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros e servidores ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento do Ministério Público da União e dos Estados, sob pena de rescisão contratual;
- 7.2. Não lotar no ambiente da CONTRATANTE empregado que seja parente até o terceiro grau dos respectivos membros ou servidores da Procuradoria Geral da República, observando-se, no que couber, as restrições relativas à reciprocidade entre os Ministérios Públicos ou entre estes e órgãos da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal;
- 7.3. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;
- 7.4. Não permitir que seus empregados pratiquem a venda de quaisquer mercadorias e produtos nas dependências do CONTRATANTE, bem como que executem atividades incompatíveis com as previstas neste Contrato;
- 7.5. Proibir o uso de qualquer dependência do CONTRATANTE, como alojamento ou moradia de pessoal ou fim diverso do permitido, mesmo que transitório;
- 7.6. Não utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;
- 7.7. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

7.8. Não caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual;

8. Quanto às obrigações gerais

- 8.1. Manter, durante todo o período de vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação;
- 8.2. Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados;
- 8.3. Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas internas da Procuradoria Geral da República relativa à segurança e proteção ambiental;
- 8.4. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que venha tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Contrato, não reproduzindo, divulgando ou utilizando em benefício próprio, ou de terceiros, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, conforme modelo de Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo constante no ANEXO E do Termo de Referência anexo ao instrumento convocatório;
 - a) A quebra ou violação do sigilo, a qualquer momento ensejará a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- 8.5. Assumir toda a responsabilidade e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados, inclusive em casos de emergência;
- 8.6. Quanto às ações afirmativas, cumprir as cotas raciais, durante toda a execução do contrato, da seguinte forma:
 - a) Raça: manter o percentual mínimo de 20% de negros;
- 8.7. Para o cumprimento do disposto neste item, será facultado à CONTRATADA o remanejamento de funcionários ou a substituição desses em decorrência de dispensa voluntária ou demissão por justa causa.
- 8.8. Destinar vagas a serem preenchidas por beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de necessidades especiais habilitadas, no percentual preestabelecido, obedecendo aos dispositivos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e do Decreto nº 3.298/1999.
- 8.9. Não lançar mão, em hipótese alguma e sob quaisquer de suas formas, de critérios preconceituosos ou discriminatórios, por ocasião da admissão ou do desligamento dos seus empregados, observando, em todos os casos, os preceitos de responsabilidade social.
- 8.10. Assumir toda a responsabilidade e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados, inclusive em casos de emergência;
- 8.11. Fornecer relação de empregados enquadrados nas cotas estipuladas na contratação, bem como comprovar a manutenção das obrigações em caso de substituição;
- 8.12. A implementação de cotas sociais não implica, necessariamente, a demissão de profissionais já alocados em contratos existentes. O processo deve ocorrer de forma gradual, possibilitando substituição por novos funcionários que se enquadrem conforme disposto neste contrato;
- 8.13. Apresentar, plano de coleta, transporte e destinação final de resíduos oriundos dos serviços contratados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada nos termos da lei e a política de descarte do CONTRATANTE;
- 8.14. Gerenciar os serviços conforme procedimentos internos do CONTRATANTE, garantindo o atendimento e o cumprimento do Acordo de Nível de Serviços – ANS.



CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

Parágrafo Único – A CONTRATADA deverá iniciar a plena e total execução dos serviços imediatamente em data ou prazo fixado em Ordem de Serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente Contrato correrão, no presente exercício, à conta da Natureza da Despesa 3.3.9.0.37-04 Locação de mão de obra, manutenção e conservação de bens imóveis, do Programa de Trabalho 03062058142640001, constante do Orçamento Geral da União, Lei nº 13.414, de 10/1/2017, para este fim, e, no próximo exercício, à conta da dotação orçamentária prevista para atender despesas da mesma natureza.

Parágrafo Único – Para cobertura das despesas foi emitida a Nota de Empenho nº 2017NE001194, em 13/09/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO

O valor mensal desta contratação é de **R\$ 56.991,90** (cinquenta e seis mil, novecentos e noventa e um reais e noventa centavos), perfazendo o valor total anual do Contrato em R\$ 683.902,80 (sciscentos e oitenta e três mil, novecentos e dois reais e oitenta centavos).

Parágrafo Primeiro – Os valores unitários de cada categoria são os seguintes:

PROFISSIONAIS	QTDE.	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL
Supervisor – Nível 77	1	R\$ 7.384,30	R\$ 7.384,30
Técnicos em Telecomunicações (Pleno) – Nível 66	8	R\$ 6.200,95	R\$ 49.607,60

Parágrafo Segundo – O valor total deverá compreender todas as despesas diretas e indiretas com materiais, mão-de-obra, cumprimento das leis sociais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhista, transporte, taxas, seguros e demais valores e encargos necessários à perfeita execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Os salários das categorias profissionais obedecerão aos níveis indicados no quadro do parágrafo primeiro desta cláusula, obtidos na Convenção Coletiva de Trabalho 2016/2018, celebrado entre o Sindicato da Indústria de Instalação e Manutenção de Redes, Equipamentos e Sistemas de Telecomunicações no Distrito Federal e Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Distrito Federal.

Parágrafo Quarto – As despesas com a “Assistência Médica e Odontológica” não fazem parte da “Planilha de Custo e Formação de Preços”. A CONTRATANTE realizará o pagamento da referida despesa, por meio de ressarcimento, após devidamente comprovado o custo efetivo e o respectivo desembolso da CONTRATADA.

Parágrafo Quinto - No caso de prorrogação da vigência do contrato, a partir do 13º mês, os valores dos postos de trabalho deverão ser repactuados, admitindo-se um percentual máximo de 0,194% para as rubricas relativas ao Aviso Prévio, em razão de tal provisão ser de natureza não renovável, uma vez trata-se de custo pago e amortizado no primeiro ano de vigência contratual, conforme decisões do Tribunal de Contas da União, propaladas nos Acórdãos nºs 1904/2007-TCU-Plenário; 3006/2010-TCU-Plenário e 1186/2017-TCU-Plenário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FATURAMENTO

A CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da Secretaria de Administração do MPF, CNPJ nº 26.989.715/0050-90, emitida a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, acompanhada de cópias autenticadas ou cópias e originais para conferência, dos seguintes documentos:

1. Folha de Pagamento e respectivos comprovantes de pagamentos individualizados aos empregados, referentes ao mês da prestação dos serviços;
2. Guias de Recolhimento do FGTS (GRF), referente ao mês da prestação dos serviços;
3. Guia do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP com todos os relatórios do Sistema SEFIP, referente ao mês da prestação dos serviços:
 - a) Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pelo Conectividade Social;
 - b) Relação dos Trabalhadores constantes no arquivo SEFIP, por Modalidade – Tomador/Obra;
 - c) Relação dos Trabalhadores constantes no arquivo SEFIP – Resumo do Fechamento Empresa – FGTS;
 - d) Relação de Tomador/Obra – RET (do Tomador/Obra e Resumo Empresa);
 - e) Resumo das Informações à Previdência Social constantes no arquivo SEFIP – Tomador de Serviços/Obra;
 - f) Comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social constantes no arquivo SEFIP – Tomador de Serviços/Obra;
4. Guia de Recolhimento da Previdência Social (GPS), referente ao mês anterior ao da prestação dos serviços; observada a obrigatoriedade de fornecer a relação nominal dos empregados a que se referem os recolhimentos;
5. Demonstrativo de enquadramento de CNAE Preponderante, RAT – Riscos Ambientais de Trabalho e FAP – Fator Acidentário de Prevenção, referente ao mês da prestação dos serviços;
6. Relatórios que comprovem a concessão dos direitos de alimentação, transporte e outros benefícios estipulados na convenção coletiva de trabalho, referente ao mês subsequente ao da prestação dos serviços;
7. Registros de pontos dos empregados, referente ao mês da prestação dos serviços;
8. Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão específica quanto a inexistência de débito de contribuições junto ao INSS, Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, conforme Decreto nº 6.106/2007, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440/2011;
9. Comprovantes dos pagamentos das férias, 13º salários e das verbas rescisórias, quando ocorrerem.

Parágrafo Primeiro – Quando da emissão da fatura ou nota fiscal, a CONTRATADA deverá destacar, após a descrição dos serviços, a importância referente à retenção da Contribuição Social, a título de “Retenção para a Seguridade Social”, bem como a importância referente à

retenção do Imposto sobre Serviços, a título de "ISS a ser recolhido por substituição tributária", conforme legislação vigente.

1. A inexistência do destaque de que trata o *caput* deste parágrafo não impede a retenção por parte do CONTRATANTE;
2. Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

Parágrafo Segundo – Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso, configurado por prazo inferior a 10 (dez) dias corridos do vencimento da obrigação.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA deverá faturar em separado os serviços extraordinários efetivamente prestados, cujos valores deverão corresponder ao resultado do valor do salário da categoria dividido pela quantidade de horas da jornada mensal de trabalho, com os acréscimos previstos em convenção coletiva de trabalho. A esse resultado serão acrescidos encargos sociais, taxa de administração e de lucro, bem como os tributos incidentes previstos na planilha de custos e formação de preços.

- a) A fatura ou nota fiscal deverá ser acompanhada da folha de pagamento e dos comprovantes de recolhimento do INSS e FGTS.
- b) Caso os serviços extraordinários sejam realizados aos sábados, domingos e feriados, os auxílios alimentação e transporte ficarão sob o encargo da CONTRATADA, que deverá apresentar comprovantes de entrega ao CONTRATANTE, junto com a fatura ou nota fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

O CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados, em até 20 (vinte) dias corridos contados do atesto da fatura ou nota fiscal do mês de referência, por meio de depósito em conta-corrente, mediante Ordem Bancária.

Parágrafo Primeiro – A liberação para pagamento da fatura ou nota fiscal ficará condicionada ao atesto do Gestor do Contrato, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Segundo – O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo Terceiro – Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

Parágrafo Quarto – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo

$I = \frac{(TX/100)}{365}$, assim apurado: $I = \frac{(6/100)}{365}$ $I = 0,00016438$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Parágrafo Quinto – Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.

Parágrafo Sexto – O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS poderá ensejar o depósito em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Parágrafo Sétimo – A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos empregados alocados nas dependências do CONTRATANTE, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Parágrafo Oitavo – O pagamento da última fatura do contrato somente ocorrerá após a entrega das rescisões do contrato de trabalho devidamente homologadas pelo Sindicato da Categoria ou a comprovação de remanejamento dos empregados para outro tomador de serviços.

Parágrafo Nono – A fatura mensal poderá sofrer glosas, conforme o disposto em Acordo de Níveis de Serviço, da Cláusula Décima Quarta deste Contrato.

Parágrafo Décimo – Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

Parágrafo Décimo – Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

O Acordo de Níveis de Serviço dar-se-á da seguinte forma:

1. Para efeito de aplicação de glosas são atribuídos percentuais incidentes às infrações, os quais incidirão sobre o valor contratual mensal vigente na data da ocorrência do fato, conforme tabela do item 2 desta Cláusula.
2. Caso a CONTRATADA não mantenha o nível de qualidade dos serviços, a CONTRATANTE descontará do pagamento mensal os percentuais abaixo relacionados:

Item	Descrição	Incidência	Percentual
1	Não entregar documentos bem como: relatórios mensais, laudos de certificação de cabos/pontos de telecomunicação no prazo estabelecido.	Por Documento	0,5% do custo mensal do contrato
2	Não efetuar a troca de ferramentas, e uniformes, quando extrapolado o prazo para substituição, sem apresentar justificativa, a qual será avaliada se aceita ou não pelo CONTRATANTE	Por Ocorrência	0,5% do custo mensal do contrato
3	Não apresentar equipamento necessário à execução dos serviços.	Por Ocorrência	1,0% do custo mensal do contrato
4	Não iniciar uma OS ou não concluir no quadro de tempo de atendimento definido pelo CONTRATANTE conforme tabela no ANEXO A	Por Ocorrência	1,5% do custo mensal do contrato
5	Não concluir as instalações/remanejamento de pontos no quadro de tempo de atendimento definido pelo CONTRATANTE conforme tabela constante no ANEXO A	Por Ocorrência	1,5% do custo mensal do contrato
6	Não pagar os funcionários ou não entregar os auxílios transporte e refeição no prazo legal.	Por Ocorrência	1,5% do custo mensal do contrato
7	Extrapolar o prazo de apresentação do técnico substituto, após ser requisitado. A partir de 4h contando do aviso de substituição, considera-se não apresentação do substituto.	Por Ocorrência	0,5% do custo mensal do contrato
8	Não apresentar o técnico substituto, após ser requisitado.	Por Ocorrência	1,0% do custo mensal do contrato
9	Retirar funcionários do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE.	Por Ocorrência	1,0% do custo mensal do contrato

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA REPACTUAÇÃO

Este contrato poderá ser repactuado visando sua adequação aos novos preços de mercado:

1) Observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data-base do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

2) Observado o interregno mínimo de 1 (um) ano da data limite para apresentação da proposta, para a primeira repactuação, quando a variação dos custos for decorrente de materiais e equipamentos, devidamente demonstrada de forma analítica, limitada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, acumulado no período de 12 (doze) meses, em conformidade com o Decreto nº 2.271, de 07/07/1997, ou outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público, em complementação e/ou substituição à mencionada norma.

Parágrafo Primeiro – Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

Parágrafo Segundo – Para a repactuação acima mencionada, a CONTRATADA deverá apresentar planilhas que evidenciem analiticamente a variação dos custos, devidamente comprovada e justificada. A comprovação poderá ser feita por meio de documentos contemporâneos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de repactuação.

Parágrafo Terceiro – O CONTRATANTE poderá realizar diligências para comprovar a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

Parágrafo Quarto – É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos na proposta inicial, bem como a majoração de quaisquer percentuais aplicados na planilha de custos e formação de preços, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção ou dissídio coletivo.

Parágrafo Quinto – As repactuações a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do Contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato (Acórdão nº 1.828/2008 – TCU/Plenário).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ 34.195,14 (trinta e quatro mil, cento e noventa e cinco reais e quatorze centavos), no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de assinatura do Contrato, correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total contratado, cabendo-lhe optar por uma das modalidades previstas no artigo 56, § 1º da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Primeiro – O descumprimento do prazo implicará na retenção automática do valor equivalente dos créditos que a CONTRATADA vier a fazer jus perante o CONTRATANTE, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

Parágrafo Segundo – O CONTRATANTE fica autorizado a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste Contrato, ou para reparar danos decorrentes das ações ou omissões da CONTRATADA ou, ainda, para satisfazer quaisquer obrigações, judiciais ou extrajudiciais, resultantes ou decorrentes de suas ações ou omissões.

Parágrafo Terceiro – A autorização contida no parágrafo anterior é extensiva aos casos de multas aplicadas nos termos deste Contrato, garantidos a ampla defesa e o contraditório e, ainda, às obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias inadimplidas.

Parágrafo Quarto – O prazo para que o CONTRATANTE cientifique a instituição garantidora do fato justificador da execução da garantia deverá ser igual ou superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da consumação do fato.

Parágrafo Quinto – A garantia prestada deverá vigorar por mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

Parágrafo Sexto – A garantia deverá ser integralizada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento de notificação, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver redimensionamento no valor contratual.

Parágrafo Sétimo – A garantia oferecida na modalidade fiança-bancária, deverá:

1. Ser concedida nos termos e condições autorizadas pelo Banco Central do Brasil;
2. Ser concedida pelo valor integral exigido para a fiança;
3. Conter renúncia expressa ao benefício de ordem;
4. Estabelecer prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para cumprimento;
5. Ser irretratável, salvo no caso de substituição por outra modalidade de fiança, nos termos do art. 56 da Lei 8.666/1993, previamente aprovado pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Oitavo – A garantia oferecida na modalidade títulos da dívida pública, estes deverão ter valor de mercado compatível com o valor a ser garantido, preferencialmente em consonância com as espécies recomendadas pelo Governo Federal, como aquelas previstas no art. 2º, da Lei 10.179/2001.

Parágrafo Nono – A garantia oferecida na modalidade caução em dinheiro, deverá ser depositada junto à Caixa Econômica Federal, nominal ao Ministério Público Federal, para os fins específicos a que se destina, sendo o recibo de depósito o único meio hábil de comprovação desta exigência.

Parágrafo Décimo – A garantia oferecida na modalidade de seguro-garantia, deve mencionar na apólice, expressamente, a cobertura de eventuais demandas trabalhistas e previdenciárias nas quais o CONTRATANTE responda solidariamente ou subsidiariamente com a CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA SUSTENTABILIDADE

É de responsabilidade da CONTRATADA a disposição final responsável e ambientalmente adequada dos resíduos de quaisquer natureza, após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, obedecendo ao disposto na Norma Brasileira ABNT NBR 10004:2004 e em conformidade com o respectivo acordo setorial, regulamento expedido pelo Poder Público ou termo de compromisso.

Parágrafo Primeiro – O CONTRATANTE reserva-se o direito de assumir a responsabilidade a que se refere o item anterior, podendo dar outra destinação aos resíduos após o uso, caso julgue mais conveniente para a Administração.

Parágrafo Segundo – Os materiais utilizados na embalagem do produto ofertado deverão ter sua reciclabilidade efetiva no Brasil.

Parágrafo Terceiro – Adotar, na execução do objeto contratual, práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços.

Parágrafo Quarto – Realizar, sob a supervisão do CONTRATANTE, programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

Parágrafo Quinto – Observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, alterada pela Resolução CONAMA nº 424/2010, para aquisição de pilhas e baterias a serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio, bem como os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS PENALIDADES E RECURSOS

A CONTRATADA está submetida as infrações administrativas nos termos da Lei nº 8.666/93, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, quando:

- a) Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar a execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Não manter a proposta.

Parágrafo Primeiro – Com fulcro nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, o CONTRATANTE poderá, garantida a defesa prévia e o contraditório, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

1. Advertência;
2. Multa, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:
 - a) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida;
 - b) 5% (cinco por cento) no caso de inexecução parcial e 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do objeto contratado, ambos sobre o valor mensal do Contrato.
3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
5. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, da CONTRATADA que deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, conforme artigo 7º, da Lei nº 10.520/2002.

Parágrafo Segundo – As sanções previstas nos itens 1, 3, 4 e 5 do parágrafo primeiro poderão ser aplicadas cumulativamente ou não à penalidade do item 2.

Parágrafo Terceiro – Outras Sanções – De acordo com o artigo 88 da Lei nº 8.666/1993, serão aplicadas as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da mesma norma, às CONTRATADAS ou aos profissionais que, em razão dos Contratos regidos por esta Lei:

1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
2. Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo Quarto – Desconto Do Valor Da Multa – Se o valor da multa não for pago por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, será abatido do valor da garantia de execução do Contrato, e se for superior a esta, além da perda da referida garantia, será automaticamente descontado dos créditos que a CONTRATADA vier a fazer jus perante o CONTRATANTE, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

Parágrafo Quinto – Recursos – Da aplicação das penalidades previstas nos itens 1, 2 e 3 do parágrafo primeiro, poderão ser interpostos recursos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, conforme a alínea f do inciso I do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Quinto – Pedido de Reconsideração – No caso das penalidades previstas nos itens 4 e 5 do parágrafo primeiro, caberá pedido de reconsideração ao Exmo. Sr. Procurador Geral da República, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato, conforme o inciso III do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993 e o inciso XXXIII do art. 6º do Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO, FUSÃO, CISÃO E INCORPORAÇÃO

Não será permitida a subcontratação do objeto do Contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

Parágrafo Único – A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação devem ser comunicadas à CONTRATANTE para que esta delibere sobre a adjudicação do objeto ou manutenção do contrato, sendo essencial para tanto que a nova CONTRATADA comprove atender a todas as exigências de habilitação previstas no Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA RESCISÃO

A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação por meio de ofício, entregue diretamente ou por via postal com prova de recebimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula das Penalidades, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro – A rescisão deste Contrato poderá ser:

1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/1993, notificando-se a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto ao inciso XVII;
2. Amigável, rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE, nos termos do artigo 79, II da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Segundo – A rescisão unilateral ou bilateral deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Parágrafo Terceiro – De conformidade com o § 2º do artigo 79 da Lei nº 8.666/1993, quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da mesma lei, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

1. Devolução de garantia; e
2. Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A prestação dos serviços ora contratados obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como as obrigações assumidas nos documentos adiante enumerados constantes do processo MPF/nº 1.00.000.001249/2017-33, e que independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem:

1. Edital de Pregão nº 45/2017;
2. Ata da Sessão do Pregão, de 14/08/2017;
3. Proposta da CONTRATADA, de 18/08/2017.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA APROVAÇÃO

Este Contrato somente terá eficácia depois de aprovado pelo Secretário-Geral do Ministério Público Federal, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo inciso XXV, do artigo 6º, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria nº 382 de 05 de maio de 2015, do Sr. Secretário-Geral do Ministério Público Federal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE

Incumbirá ao CONTRATANTE a sua conta e no prazo estipulado no artigo 20 do Decreto nº 3.555/2000, a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União.

TC nº 42/2017
VISTO
CONCLUIR

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá, nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover as supressões ou os acréscimos que se fizerem necessários.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO FORO

O Foro da Cidade de Brasília/DF é o competente para dirimir quaisquer dúvidas que vierem a surgir no cumprimento das obrigações aqui estabelecidas, que não possam ser dirimidas administrativamente.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Brasília, 05 de outubro de 2017.




CONTRATANTE

Lúcio Mário Mendonça de Góis
Secretário de Administração
Controlador de Despesas



CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

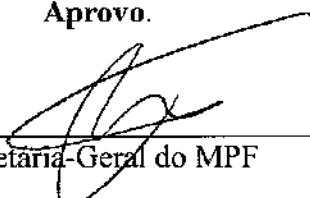


CPF: [illegible]
Cargo: da Divisão de Elaboração
e Análise Contratual
P: 365.920.211-04/Matrícula: 5719



CPF: [illegible]
Cargo: Técnico do MPU
CPF: 026.505.791-45

Aprovo.



Secretaria-Geral do MPF

ANEXO A

LISTA DE FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E EPI'S

FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS/MEDICAÇÃO – USO INDIVIDUAL**(USO DOS TÉCNICOS EM ELETRÔNICA E/OU TELECOMUNICAÇÕES)**

Descrição Ferramenta/Equipamento	Quant.	Unid.	Periodicidade de troca	Vida Útil em Meses
Maleta com suporte para ferramentas tipo 007 Intercase de alumínio	8	UN	Vigência Contratual	120
Testador eletrônico de cabo de rede RJ11/RJ45 para cabeamento de rede de telefone e internet	8	UN	Vigência Contratual	120

Material de consumo / ferramental / EPI	Quant.	Unid.	Periodicidade de troca
Luva em tecido malhado com borracha na palma	8	PARES	12
Óculos de acrílico com proteção lateral com lente em policarbonato	8	UN	12
Máscara de proteção descartável	8	UN	6
Alicate de crimpar conector RJ 09 - RJ 11 - RJ 45	8	UN	24
Alicate de inserção para conector de engate rápido tipo bargoa	8	UN	48
Alicate de bico tipo telefonia de 6"	8	UN	48
Alicate universal de 8"	8	UN	48
Alicate de corte grande	8	UN	12
Chave de fenda 1/4 x 5" (Grande)	8	UN	24
Chave de fenda 3/16 x 5" (Média)	8	UN	24
Chave de fenda 1/8 x 5" (Pequena)	8	UN	48
Chave philips (Grande)	8	UN	24
Chave philips (Média)	8	UN	36
Chave philips (Pequena)	8	UN	36
Ferramenta de inserção por impacto pushdown, para conector IDC 110	8	UN	12
Desencapador para cabos de par trançado (UTP)	8	UN	36
Tesoura grande;	8	UN	48
Estilete com proteção (Grande)	8	UN	12

FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS/MEDICAÇÃO – USO INDIVIDUAL**(USO DOS TÉCNICOS EM ELETRÔNICA E/OU TELECOMUNICAÇÕES / SUPERVISOR)**

Descrição Ferramenta/Equipamento	Quant.	Unid.	Periodicidade de troca	Vida Útil em Meses
Aparelho celular smartphone, 3G ou 4G, com conexão wi-fi e câmera de até 5MP	9	UN	Vigência Contratual	120

FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE USO COLETIVO

Descrição Ferramenta/Equipamento	Quant.	Unid.	Periodicidade de troca	Vida Útil em Meses
Testador/analizador de Cabos RJ11/RJ45, multifuncional com teste de ping e cálculo de distância do cabo e identificador de defeitos.	4	UN	Vigência Contratual	120
Gerador de sinal com ponta indutiva para localização de par metálico	4	UN	Vigência Contratual	120
Multímetro Digital	2	UN	Vigência Contratual	120
Badisco para telefonia comum	2	UN	Vigência Contratual	120
Etiquetadora para cabos UTP e tomadas com cartucho de poliéster, alta aderência, com fornecimento de cartuchos	2	UN	Vigência Contratual	120
Furadeira/parafusadeira de impacto de 1/2" com brocas	3	UN	Vigência Contratual	120
Soprador/Aspirador para limpeza dos rack's	2	UN	Vigência Contratual	120
Escada de alumínio 10 degraus	1	UN	Vigência Contratual	120
Escada de alumínio 07 degraus	3	UN	Vigência Contratual	120

Material de consumo / ferramental	Quant.	Unid.	Periodicidade de troca
Ferro de solda (220V – 60W)	2	UN	36
Sugador de solda com bico protetor	2	UN	36
Lanterna modelo grande comum	4	UN	24
01 Fita métrica de 5 metros (tipo trena)	2	UN	60
Martelos comum (Pequeno)	2	UN	60
Ventosas para 75 quilos para retirar placas do piso elevado	3	UN	48
Chave de boca grande de 28mm	1	UN	60
Fita tipo guia de 15 metros	3	UN	12
Serra copo para ferro de 27mm para perfurar eletrocalhas	3	UN	12
Guia para serra copo – 3/8" (9,5mm) para maior segurança na perfuração de placas e eletrocalhas	3	UN	12
Placas de sinalização de área de trabalho	3	UN	60